

Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas

The social worker's professional practice:
from the immediacy to the historical possibilities

*Lélica Elis P. de Lacerda**



Resumo: Este artigo tem por objetivo problematizar o exercício profissional buscando denunciar seu caráter sincrético no cotidiano e, por meio da análise ontológico-crítica visando à totalidade histórica, conectá-lo à historicidade, ressaltando a crise estrutural do capital e a transição histórica como solo fértil para necessidades sociais radicais, potencializando o exercício profissional crítico vinculado à emancipação humana.

Palavras-chave: Cotidiano do exercício profissional. Totalidade histórica. Exercício profissional crítico.

Abstract: This article aims at questioning the professional practice by disclosing its syncretic character in everyday life. Moreover, using the ontological-critical analysis to intend the historical totality, it aims at connecting the professional practice to historicity, and it stresses both the structural crisis of the capital and the historical transition as fertile soil for radical social needs, potentiating the critical professional practice linked to the human emancipation.

Keywords: Everyday professional practice. Historical totality. Critical professional practice.

* Assistente social formada pela Universidade Estadual de Londrina; mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, Brasil; assistente social da Prefeitura de Itajaí-SC. *E-mail:* lelicalis@yahoo.com.br.

Introdução

A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da “questão social”, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social. É no cotidiano que o assistente social atende individualmente, faz grupos, reuniões, planeja, emite relatórios e recomeça tudo no dia seguinte. A vida cotidiana, segundo Heller (2008), é o espaço da vida, onde se participa com todos os aspectos da personalidade, requerido a todo momento para respostas imediatas a diferentes questões.

Por sua própria característica de requerer todas as respostas para todas as suas questões, a esfera cotidiana tende à alienação, ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum. Assim, a execução terminal de políticas sociais muitas vezes se transforma na acrítica implementação de leis e normas, seguindo critérios e padrões, sendo o carimbo e o papel mais importantes que os seres humanos e suas relações.

O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogêneas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc.

Devido a esse trabalho lidar com componentes heterogêneos da cotidianidade, todas as suas ações têm o intuito de, enquanto trabalhadores (burocracia) do Estado, implementar políticas sociais que irá atender necessidades humanas (não supridas por incapacidade do mercado), as refrações da “questão social”. É nessa esfera alienada que o assistente social irá analisar a partir da aparência as demandas que lhe chega e dar respostas por meio de mecanismos também falsamente compreendidos enquanto instrumentos técnico-burocráticos. A superficialidade e heterogeneidade do cotidiano é solo fértil ao sincretismo envolvido na prática do assistente social, “reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom-senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; [...]” (Netto, 2007, p. 107).

O atendimento das refrações da “questão social” se dá de forma seletiva, pautado na sua fenomenalidade atomizada e, apesar da homogeneização que artificialmente é realizada mediante procedimentos burocráticos (delimitação dos “problemas”, “público-alvo” e dos recursos a serem alocados), persiste a ineliminável heterogeneidade das situações. Dentro da lógica hierárquica e mecânica instituída no jogo institucional, as necessidades humanas oriundas da exploração do trabalho — cerne da (re)produção da “questão social” — são fragmentadas e atendidas por diversas políticas públicas pontuais, demonstrando a maneira como a “questão social” é reconhecida e abordada (fragmentada), (re)criando no exercício profissional do assistente social a perspectiva sincrética (Netto, 2007).

Essa forma de intervenção pragmática requer um conhecimento que se mostre diretamente instrumentalizável, em vez de exigir um capaz de destrinchar o movimento concreto da realidade. De acordo com Netto (2007), a intervenção do assistente social foi historicamente formulada numa perspectiva formal-burocrática, inevitavelmente unilateral, desconsiderando a historicidade na qual se desenrola o exercício profissional, obscurecendo a luta de classes.

Ocorre que o exercício profissional, fruto de ações cotidianas numa sociedade cindida em duas classes antagônicas, e a cada ação pode-se estar corroborando com a manutenção do *status quo* ou promovendo o exercício profissional crítico, o que, entendemos, requer a análise do cotidiano para além da aparência, compreendendo as causalidades envolvidas no trabalho, submergida na historicidade que as engendra. Neste ponto, convidamos o leitor a iniciar o que Heller (2008) chama de “suspensão da cotidianidade”, o que significa, justamente, promover a homogeneização, chamando o “leitor inteiro”¹ (Lukács, apud Heller, 2008), para irmos além da aparência da profissão.

1. Cotidiano profissional do assistente social: o *locus* do exercício profissional enquanto esfera singular vinculada à totalidade histórica

Para se pensar sobre o exercício profissional para além da aparência, a todo momento se faz necessário exercitar mentalmente o movimento entre singular e universal no que diz respeito aos elementos envolvidos no exercício profissional

1. Lukács fala do homem inteiro: com toda sua atenção, individualidade etc.

cotidiano e suas interconexões com a dinâmica real da sociedade, bem como se pensar em objetivos imediatos e mediatos do exercício profissional, orientando cada pequena ação cotidiana a construções maiores.

Para Barroco (2003), a sociedade é uma totalidade organizada por várias totalidades cuja reprodução pressupõe uma totalidade maior que se efetua de formas peculiares, com regularidades próprias. Na análise do cotidiano do exercício profissional do assistente social estamos considerando que essa é uma totalidade subsumida a outros complexos causais maiores: políticas sociais, Estado, crise estrutural do capital etc. Conforme a sociedade se complexifica, essas esferas podem ganhar certa autonomia, o que gera a falsa impressão de que elas são independentes; porém isso é apenas a aparência que estamos buscando transpor.

Ao fazer a leitura desse espaço por meio do reconhecimento do trabalho enquanto categoria fundante do homem, compreende-se que é da sua relação orgânica com a natureza que se desenvolve a base social que, na contemporaneidade, se encontra complexificada, com sua especificidade histórica: o trabalho assalariado, cuja base é propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a alienação do trabalho, duas categorias centrais para se desvendar a totalidade das relações humanas, ou sociedade, por meio da qual são fundados dois grupos de humanos: aqueles que exploram e aqueles que são explorados.

É nesse chão de intensas contradições tensionadas pela luta de classes que o assistente social é chamado a cravar suas ações sobre as questões trazidas e reconhecidas como sendo “direito do usuário” ao qual deve buscar materializar por meio de suas ações profissionais individualizadas. Não há como ignorar que as necessidades não são individuais, posto que são comuns a um conjunto de humanos no interior do mesmo movimento histórico de exploração do trabalho — refrações da “questão social” — e que a resposta a essas necessidades é fruto de direitos conquistados pela luta de classes, refuncionalizada a reprodução do capital pelo Estado burguês, que é quem organiza o aparato institucional constitutivo das políticas sociais.

Na esfera terminal dessa execução há um conjunto de trabalhadores (médicos, enfermeiros, pedagogos, psicólogos etc.) que colocam sua capacidade física e mental para o trabalho a serviço das políticas sociais, incluindo os assistente sociais, cujo compromisso ético-político propõe ações vinculadas à emancipação humana, questão cada vez mais premente, sobretudo no âmbito da crise estrutural do capital que caminha para a extinção da humanidade (Mészáros, 2009).

Essa tarefa não é nada simples. Tendo em vista que o exercício profissional ocorre no seio do Estado burguês, as políticas sociais são desenhadas para viabi-

lizar direitos de modo a manter o *status quo* — contribuir para a naturalização do trabalho assalariado e sua exploração implícita, pré-requisito para a reprodução dessa sociedade. Por outro lado, o compromisso ético-político assumido tensiona para outro polo: a emancipação humana. Para que esse compromisso se traduza em ações efetivas, há que se ter uma poderosa capacidade de compreensão do real e perceber nas causalidades dadas as contradições preñes de possibilidades transgressoras.

Para tal análise, a concepção do usuário enquanto “vítima do sistema” não contribui, já que, sob uma perspectiva fatalista, imobiliza o sujeito que não tem qualquer autonomia e poder de resposta às situações; tampouco o sujeito é o algoz de sua condição, o culpado por suas penúrias a quem deve ser reeducado, ressocializado. Cada um de nós é fruto do contexto histórico em que está inserido e das respostas que a ele dá, as alternativas que escolhe, os valores que pautam tais escolhas e vão sendo materializados. Para compreender a natureza humana, não há afirmação mais radical que a de Marx de que o homem é síntese de suas relações sociais, objetiva e subjetivamente. A posição que ocupa na divisão social do trabalho configura as condições materiais de existência, e é nessa que os sujeitos fazem suas histórias e se constituem objetiva e subjetivamente.²

Vivemos o cotidiano da sociabilidade capitalista alienada, na qual a liberdade se mede pela conta bancária, já que todas as necessidades são saciadas por meio do mercado mundial, e nele aos espoliados cabem poucas alternativas, todas elas precárias, mas sempre há caminhos que podem ser ampliados, sobretudo quando trilhados de forma coletiva. Sabemos que a construção coletiva da concepção de direito é um desafio sobremaneira complexo num país como o Brasil, de democracia débil, valores conservadores e um povo acostumado desde a colonização a aceitar e pagar pelos rumos coletivos que as elites tomam, no interior do capitalismo dependente (Fernandes, 2005), em consonância com os interesses da burguesia

2. Em nosso exercício profissional pudemos perceber isso com clareza e daremos um exemplo: Acompanhando dois adolescentes de dezessete anos, um viveu com sua mãe que o acolheu, educou e amou até os cinco anos e passou doze anos em situação de rua; outro que desde sempre morou com sua família de origem, porém sempre sendo humilhado, violentado física, sexual e psicologicamente, sobretudo por sua mãe. O primeiro é afetuoso, constrói vínculos, é verdadeiro e apresenta remorso quando faz coisas reprováveis, ou que prejudica terceiros; o segundo não desenvolve afeto, não se vincula, nunca fala a verdade, sempre manipula as pessoas do seu convívio para atingir seus objetivos e os busca atingi-los a qualquer custo, sem apresentar remorso pelo dano causado a terceiros. Em outros termos, este último desenvolveu psicopatia, demonstrando que o homem se constitui, objetiva e subjetivamente, em suas relações sociais, sendo um produto histórico.

nacional e internacional. Atuamos junto a trabalhadores espoliados para além do descrito por Marx, já que aqui nos deparamos com a superexploração do trabalho (Marini, 2005), e, em contrapartida, políticas sociais absolutamente débeis diante das necessidades da classe trabalhadora.

Esta leitura da realidade deve deixar claro que não há encaminhamento técnico milagroso que dê conta de materializar na realidade os direitos previstos formalmente, posto que o concreto movimento histórico impede que isso aconteça: a penúria do trabalhador advém da peculiaridade do modo de produção capitalista que não é tocada por nenhuma política social, satisfazendo parcialmente necessidades da classe trabalhadora oriunda da exploração do trabalho, porém, sem tocar nesta. O orçamento público disponível para tanto, cenário de um cabo de força no qual a classe trabalhadora timidamente participa, dispõe de recursos ínfimos. Logo, a oferta de serviços e benefícios será sempre aquém do necessário à classe trabalhadora e, por sua própria natureza, funciona para manter a situação de penúria do usuário. Sobretudo na América Latina, onde as políticas sociais são desenhadas por organismos internacionais a serviço do grande capital, numa ação imperialista, jamais causando tensões a favor da classe trabalhadora na luta de classes.

Pelo contrário. Nesse continente autoritário, paternalista, patrimonialista, coronelista etc., tais políticas ganham viés reacionário, sendo utilizadas para políticas baratas e aplicação de recursos que inevitavelmente alimentam inúmeros parasitas de vários calibres (empresários com “estreitos negócios” com o Estado; empresários da política, empresários da fé; cabides de emprego em cargos comissionados etc.), sendo o recurso suficiente apenas para essa finalidade, desconsiderando a existência do direito formalmente constituído e os recursos necessários para que ele se materialize. O natural disso é, portanto, que os usuários, assalariados miseráveis, sofram intervenções pontuais para que consiga subsistir dentro de sua forma precária de vida, enquanto força de trabalho.

Apesar desses limites que devem ser reconhecidos, cumpre ressaltar que ainda assim a leitura que o profissional faz dos elementos constitutivos do seu exercício profissional é fundamental para o alargamento das possibilidades de atenção de necessidades do cidadão em questão: apreender o usuário dentro de suas condições materiais e perceber as refrações da “questão social” é a única forma de superar preconceitos e a psicologização da “questão social”, possibilitando recobrar a perspectiva de totalidade da questão em tela, procedendo os encaminhamentos e intervenções mais adequadas; perceber o Estado e as políticas sociais no âmbito da luta de classes enquanto se domina a burocracia e a técnica são fundamentais para gerar respostas criativas.

Esse conjunto categórico aproxima o plano científico do solo histórico no qual se desenrola o trabalho do assistente social, reconstitui conjunto de causalidades, mas não o exercício profissional em si, posto que este se refere à intervenção, ou o pôr teleológico que o profissional empreende após a leitura das causalidades postas. Compreender o trabalho do assistente social no cotidiano requer compreender o pôr teleológico do assistente social no cotidiano das instituições burguesas.

2. A práxis social do assistente social

Dentro da perspectiva ontológico-crítica, entendemos que o trabalho do assistente social, enquanto práxis social, efetua-se por meio de duas categorias indissociáveis: teleologia e causalidade. A ação do profissional requer a leitura da realidade que quanto mais concreta e rica de determinações acerca da situação em pauta, sempre tendo em mente como primeira causa a econômica, mais possível se torna a construção do objetivo teleologizado. Após a leitura da realidade, a teleologização de um objetivo e as formas de materializá-lo, vem a intervenção na realidade — o pôr teleológico —, que se dá por meio de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, reuniões etc. e busca materializar na realidade o objetivo a que se propõe o assistente social (garantia de direito, autonomia, cidadania, entre outros).

Assim, perceber a natureza do conjunto causal que constitui o cotidiano do assistente social é fundamental para, no âmbito de sua práxis social, conseguir perceber, de forma mais fiel possível à realidade, os limites e possibilidades para a materialização do direito na vida do usuário, mobilizar recursos públicos para o suprimento de suas necessidades imediatas que por meio do mercado não se consegue e construir estratégias de reflexão da realidade junto ao “usuário”, no sentido de permitir que ele amplie seu entendimento sobre sua realidade e as alternativas históricas — individuais e coletivas — que possui para enfrentar suas questões. Somente dessa forma é possível perceber que por mais árduo que seja o terreno histórico do exercício profissional do assistente social, existem sempre alternativas às quais vamos materializando por meio de ações. É a partir dessas que o sujeito se torna o iniciador da posição da finalidade, da transformação das cadeias causais refletidas em cadeias reais, ou seja, o sujeito estabelece todo um conjunto de posições diversas, de caráter teórico e prático (Lukács, 1979).

No âmbito das políticas sociais, as relações são complexas e permeadas pela luta de classes. Por isso podemos destacar dois grandes complexos de necessidade.

Primeiro nos referimos ao da classe burguesa, que, enquanto opressora, necessita fazer delas um meio de manter e naturalizar sua exploração. Para tanto, o Estado burguês organiza as políticas sociais para formatar os seres humanos enquanto mercadoria força de trabalho e promover a coesão social. Há também interesses específicos da formação brasileira, como segmentos da burguesia que vivem de rentáveis negócios com o Estado — empreiteiras que lucram com projetos habitacionais e urbanos, ou construção de obras públicas (vide Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 no Brasil); empresas que ganham com a terceirização de serviços públicos etc.

Por outro lado, há a necessidade imediata do trabalhador que, explorado, não consegue suprir todas as suas necessidades por meio do mercado, sendo um dos meios extramercado que encontra para tanto, as políticas sociais. Há ainda uma terceira necessidade — mediata — que diz respeito ao gênero humano: vincular a garantia de direito à superação da necessidade das políticas sociais por meio da satisfação direta das necessidades da classe trabalhadora por suas próprias vias, superando a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho alienado.

Até que essa tarefa se conclua, as políticas sociais prosseguirão sendo divididas pela complexidade da necessidade a ser enfrentada institucionalmente, de forma parcial e fragmentada, requerendo um conjunto tão complexo de ações institucionais quanto a necessidade em tela. Compreender a natureza da necessidade a ser atendida pelo serviço no qual o assistente social atua, ou mesmo da natureza do trabalho que o assistente social executa, é fundamental para seu resultado. Existem necessidades menos complexas, que requerem aparato institucional mais simples, como a fome que se resolve com acesso a comida.

Porém, há questões mais complexas, constituídas por relações mais intrincadas, nas quais o reconhecimento das necessidades do usuário e os mecanismos institucionais existentes de suprimento requerem análise e organização mais profunda. Caso não se reconheça profundamente suas mediações, o olhar sobre a realidade não ultrapassa o mero preconceito e “achismos” sobre a realidade que inviabilizam a gestão dos recursos e serviços disponíveis de forma o mais eficaz, eficiente e efetiva possível para a satisfação das necessidades dos usuários. Imaginemos um assistente social que lida com violência familiar. Caso ele não compreenda que a violência praticada pelo violador se trate da opressão social que explode na vida privada, sendo uma “covarde vingança dos indivíduos habitualmente forçados à submissão na sociedade burguesa, contra os ainda mais fracos que eles” (Löwy, 2006, p. 18), irá conceber o agressor enquanto uma aberração que deve ser isolada do convívio social, punida etc., em vez de pensar em estratégias para a humaniza-

ção da vida das pessoas envolvidas e a busca de construção de outras relações e outras formas de se resolver seus conflitos. Nesse caso, como em todos os de média complexidade, requer que o profissional destrinche um conjunto complexo de fatores, tais como aspectos econômicos e seus desdobramentos culturais, políticos, afetivos etc.

A alta complexidade já se refere a serviços como hospitais para atender a necessidade de saúde, serviços de acolhimento institucional, instituição de longa permanência, entre outros, para promover a assistência social aos usuários. Estes são os serviços mais complexos porque requerem que se pense na totalidade de fatores que estejam vinculados à reprodução humana dos usuários em questão.

Apenas a partir da identificação das necessidades em questão torna-se possível teleologizar as intervenções necessárias para a construção do objetivo vislumbrado, que, no caso do Serviço Social, é a garantia do direito em questão do cidadão por meio de serviços e benefícios, buscando orientar suas ações para a emancipação humana. Com todos os limites inquestionáveis das políticas sociais, o assistente social, enquanto seu executor, não pode fugir deles. Pelo contrário, deve reconhecê-los e pensar suas possibilidades não apenas no sentido da garantia do direito, possibilitando que o recurso público materialize ações e benefícios que contribuam para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, mas também que seja ampliada a compreensão dos sujeitos acerca da satisfação ou não de suas necessidades.

Assim, como todo trabalho humano, o exercício profissional do assistente social requer que se apreenda da forma mais rica de determinações possível a realidade (causalidade) e, diante disso, sejam pensadas as estratégias de intervenção (pôr teleológico) para a satisfação de necessidades. Porém não se trata de processos tão rentes à base biológica, como no caso do homem que constrói para si um martelo com o uso de pedra e pau. Atuamos numa esfera muito mais complexa, fruto de uma imbricada rede de relações sociais. Essa forma mais evoluída da práxis social é a ação sobre outros homens, cujo objetivo, em última instância, é mediar a produção de valores de uso para qual se faz necessária “a tentativa de induzir uma pessoa (ou um grupo de pessoas) a realizar algumas posições teleológicas concretas” (Lukács, 2011, p. 47).

Quando o assistente social coordena uma equipe, ele precisa criar consensos acerca das ações a ser desenvolvidas; quando atua junto a dependentes químicos, no sentido de mudar hábitos e posturas, o assistente social busca meio de humanizar a vida deles e influenciar o entorno (família, comunidade) para que eles reduzam o uso abusivo etc. “[...] tais posições teleológicas secundárias estão muito mais

próximas da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui entendemos” (Lukács, 1979, p. 48).

O trabalho do assistente social, portanto, consiste em uma práxis social mais complexa do que o sentido estrito do trabalho enquanto relação metabólica direta entre homem e natureza. É neste complexo universo que o assistente social se encontra no cotidiano, tendo que dar respostas teórico-práticas, enxergando as alternativas historicamente existentes, percebendo em cada uma delas as suas potencialidades e construindo um conjunto de ações que vão materializando a realidade. No sentido da *dynamis* aristotélica, trata-se de colocar o que é potencial em algo efetivo por meio de um ato específico que tem uma relação de alteridade heterogênea e é construída por meio de decisões que surgem por meio das alternativas.

Quando o assistente social está pensando em sua intervenção profissional junto à família trabalhadora, é necessário que ele consiga perceber o usuário, sua família e a comunidade como fruto do processo histórico e de sua inserção na classe trabalhadora, inscrita numa complexa rede de relações que lhes determina suas condições precárias de vida, no interior da qual se situam as alternativas concretas que possui para suas escolhas: para um jovem bombardeado por propagandas, diante das condições precárias de empregabilidade da juventude e um processo de socialização no qual a vida humana é desvalorizada diante do valor das “coisas”, o tráfico de drogas não parece uma má opção. Não se trata de um desvio de caráter, mas da vivência de um cotidiano numa situação histórica concreta dada e as decisões que o sujeito tomou diante dela.

Com esse exemplo queremos chamar a atenção para o fato de que um trabalho só poder ter sucesso quando realizado com base na mais intensa objetividade, no sentido de a subjetividade cumprir nesse processo um papel produtivamente auxiliar. No caso do trabalho do assistente social, é o de perceber a realidade objetivamente e identificar os meios para se trabalhar no intuito de chegar ao objetivo posto. A subjetividade do profissional precisa estar apta a ler a realidade enquanto fatos concretos e a partir disso pensar nas estratégias de intervenção dentro das possibilidades históricas.

Deste modo, o profissional teleologiza as melhores ações para materializar o direito (dever-ser) que não pode ser sonho sem qualquer materialidade, ignorando inteiramente os complexos de problemas vinculados com sua gênese real, que leva a desaparecer quase por completo seu caráter de especificidade do ser social. O profissional, quando atua com os usuários das diferentes políticas sociais, deve contribuir para que estes analisem com maior amplitude e de forma crítica sua condição de vida, perceba as possibilidades e limites concretos para projetar seu

dever-ser. Não há como um adolescente evadido da escola há anos sonhar de repente em ser médico.

No momento inicial, o dever-ser se origina no pôr a causalidade, que consiste em reconhecer aquelas cadeias e relações causais que, quando escolhidas e movidas de forma adequada, estão em condições de realizar o fim posto. Aqui surge, a cada instante, uma cadeia ininterrupta de alternativas, e a decisão correta a respeito de cada uma delas está determinada a partir do futuro, do fim a realizar. “O conhecimento e a posição correta da causalidade só pode ser concebida de modo definido a partir do fim” (Lukács, 2011, p. 65). E o reflexo e o pôr correto na realidade, no entanto, só é efetivo quando conduz verdadeiramente à realização do dever-ser almejado.

Diante da complexidade do exercício profissional do assistente social, o dever-ser do seu trabalho não se desenvolve sem mover um amplo conjunto de causas, as quais a todo momento o profissional percebe se vem contribuindo, ou não, para a execução da finalidade posta, podendo ir mudando de estratégia no decorrer do trabalho: o benefício que se requer, o serviço que se aciona, a abordagem que se executa, o profissional com quem se faz contato, a reunião que se realiza, o relatório que se emite, todas essas são ações para materializar um fim e que vão sendo avaliadas e redesenhadas durante o processo. Saber se um encaminhamento ou uma abordagem atingiu seu objetivo é uma questão que só pode ser pensada a partir da finalidade posta, sendo que apenas o tempo e os fatos subsequentes podem dizer.

Toda decisão de uma alternativa só pode ser avaliada a partir do seu fim, de sua efetivação, o que demonstra, segundo Lukács (s/d.), a insuprimível interação entre o dever-ser e o reflexo da realidade. É por isso que na execução terminal das políticas sociais, tão importante quanto a percepção da realidade, a estruturação de estratégias de intervenção e a intervenção propriamente dita, temos o monitoramento e a avaliação das ações, que permitem a constante guinada das ações rumo ao fim colocado.

Indissoluvelmente ligado ao problema do dever-ser enquanto categoria do ser social está o problema do valor. Enquanto o fator determinante da práxis subjetiva do processo de trabalho, o dever-ser só pode cumprir esta função específica porque o que se pretende tem valor para o homem, tornando-se critério da práxis do homem que trabalha. Segundo Lukács (s/d.), essas duas categorias estão unidas de maneira tão íntima porque ambas são momentos de um único e mesmo complexo. Pensar que o valor define como válido ou não o produto final de certo trabalho é uma definição objetiva e/ou subjetiva. Quando, num trabalho bem menos complexo que o do assistente social, como, por exemplo, se coloca por objetivo fazer uma xícara

de barro para tomar água, o valor dessa xícara está no seu uso: a possibilidade de se tomar água.

Em trabalhos mais complexos, tais valores se complexificam. Pensemos numa criança agressiva que requer a intervenção profissional. A agressividade poderia ser facilmente controlada com medicamentos que robotizariam a criança. Mas se o trabalho do assistente social prima pela garantia dos direitos humanos, a identificação e a transformação das relações que ocasionam a agressividade será o meio buscado para lidar com a questão. Desta maneira, os valores, oriundos da forma como se vê a realidade e se posiciona diante dela não são entidades abstratas, pois possuem materialidade na vida humana e não surgem como simples resultados de atos subjetivos, valorativos, mas estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor em questão.

Por isso, na filosofia, foi necessário não apenas compreender o papel ontológico do trabalho e a função deste na constituição do ser social como um modo de ser novo e independente. Também aqui a subjetividade é derivada do trabalho e de sua hipóstase transcendente: a criação. A consequência, no entanto, é que os valores complexos, mais espiritualizados, acabam por estar em contraposição mais ou menos brusca com os valores materiais, terrestres. Os valores do código de ética do assistente social são exemplo disso, posto que antagonizam com a acumulação capitalista.

Pensamos que nesse momento se torna clara a complexidade que envolve o cotidiano profissional do assistente social, que acompanha a complexidade do processo econômico real, que se socializa sempre mais, sendo mais complexa que o trabalho simples, a produção imediata do valor de uso. Isso não reduz a objetividade dos valores que aqui se realizam. Toda a complexidade que envolve o exercício profissional do assistente social possui seu solo nos processos econômicos, aos quais o assistente social precisa decifrar minimamente, posto que é determinante das demais esferas. Cumpre ressaltar, entretanto, que a economia, mesmo a mais complexa, é resultado de posições teleológicas individuais na forma de alternativas e se torna um movimento social cujas determinantes últimas se sintetizam numa totalidade processual.

A expressão, portanto, *Homo economicus* não surge por acaso e muito menos por equívoco, já que todos somos chamados ao comportamento econômico imediato necessário ao homem em um mundo onde a produção é social. Cabe à economia a função ontológica primária, fundante, mas tal prioridade não implica uma hierarquia do valor. Com isso realçamos apenas que “uma determinada forma do ser é a insuprimível base ontológica de outra e a relação não pode ser nem inversa

nem recíproca” (Lukács, 1979, p. 84). A dinâmica da estrutura econômica é o fator primário que desencadeia a situação socioeconômica do usuário, as possibilidades concretas que se têm de construir a própria vida, as políticas sociais com suas limitações e possibilidades, entre outros. E diante das possibilidades de opções que emergem desse solo econômico surgem os valores éticos que serão o norte para as escolhas.

A contrariedade, oriunda da luta de classe, é apenas um modo importante da interdependência, isto porque o desenvolvimento humano muitas vezes — e de nenhum modo por acaso — se manifesta sob essa forma de oposição e assim se torna, em termos objetivamente sociais, fonte de inevitáveis conflitos de valor. Tais valores em conflito estão presentes no espaço sócio-ocupacional do assistente social. Diante deles, após uma crítica leitura da realidade, elegeu-se princípios contestatórios, e, que por isso, no âmbito do Estado burguês, não são imediatamente exequíveis.

Muitas vezes a questão não é o que ou como fazer, mas como se posicionar no cotidiano. Diante da crise estrutural do capital, não resta dúvida de que o melhor caminho é o de socialização dos meios fundamentais de produção e o trabalho humano voltado para a satisfação das necessidades genuinamente humanas, mas o poder de decisão ainda está legitimado no Estado burguês e concentrado nas mãos da burguesia, não havendo contexto histórico viável para a concretização da emancipação humana, o que não quer dizer que este valor deva ser abandonado.

Todo pôr prático visa um valor (positiva ou negativamente). Os homens fazem história sob condições dadas e respondem — de forma mais ou menos consciente — às alternativas concretas que lhe são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social, e nisso já se encontra implicitamente o valor. O compromisso com valores emancipatórios é essencial para direcionar a humanidade para outra forma de sociabilidade, mesmo quando nos referimos ao exercício profissional do assistente social, por mais limitado que seja. Tal limitação ao assistente social se refere à limitação da resposta que se dá à sequela da questão social — atendida de forma parcial e fragmentada —, que se refere à limitação institucional, manifestada no dia a dia profissional enquanto alienação do processo de trabalho, ao fato de o profissional não possuir autonomia para determinar os recursos que lhe estarão a disposição, seus horários, as linhas-mestras de intervenção etc.

Apesar disso, por mais limitadas que sejam as condições materiais para se viver a vida e fazer história, ao ser humano sempre cabe escolha entre alternativas que são construídas mediante ações, limitadas a contextos históricos, mas que materializam valores e rumos diferentes para a humanidade. Queremos chamar a

atenção para o fato de que o exercício profissional individual de cada profissional dá materialidade a valores éticos e coloca a sociedade em movimento. Isto porque cada ação individual determina a totalidade das relações, e estas influenciam as ações individuais. Por isso é preciso

pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direção social de nossa prática. Não só porque trabalhamos especialmente na mediação dominados/dominação, mas também porque parece que a leitura da realidade complexa que vivemos hoje e o *avenir* são tarefas difíceis, assim como a escolha dos processos e das estratégias de ação. (Carvalho e Netto, 2011, p. 56)

3. Práxis social do assistente social vinculada ao projeto ético-político de emancipação humana

Aqui não pretendemos esgotar a reflexão em torno da práxis social do assistente social vinculada ao projeto ético-político da profissão, mas apontar elementos ontológicos imprescindíveis para conectar as ações cotidianas a um projeto macrosocietário. Neste sentido, é absolutamente limitado o trabalho do assistente social restrito à emancipação política. Não cabe ao Estado, muito menos ao Estado burguês em plena crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), emancipar os indivíduos de suas penúrias. Antes, esta situação é condição para a existência daquele, e a superação dos dramas humanos não se dará pela exclusiva via política. Não há decisão política, lei ou norma que irá refrear o processo de acumulação capitalista que torna natural a esta sociedade a fome, a violência, o desemprego, em suma, a desrealização humana. A superação das mazelas humanas só se torna possível com a alteração da forma de produção da vida (economia) desta sociedade.

O assistente social comprometido com a emancipação humana não pode ser um mero burocrata, um gestor. Essa concepção obscurece a luta de classe e contribui para tornar a cidadania vazia e passiva, corroborando para a reificação que o Estado moderno promove de seu complemento fundamental: o indivíduo que não partilha mais a decisão do coletivo, apenas sofrendo suas consequências. Com isso descarta o coletivo (não temos mais uma questão coletiva, mas a minha solicitação junto ao Estado) e atomiza o social (cada usuário com a sua “situação” a ser resolvida isoladamente), como se a condição da classe trabalhadora não fosse ditada por movimento macrosocial.

Nesse processo de individualização do social e naturalização da precariedade da vida do trabalhador, abandonamos a perspectiva de totalidade ao parcelarmos e fragmentarmos o sujeito, que serão a criança, a mulher, o desempregado etc.; e não a classe trabalhadora explorada. É desta forma que o Estado-providência cunha o usuário passivo de serviços e benefícios.

[...] as relações sociais de dominação se aperfeiçoaram e se refinaram ao ponto de o próprio cidadão não perceber que deixou de ser cidadão: ele é apenas usuário servil dos serviços e benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Ele conquistou os direitos sociais, mas perdeu sua condição de sujeito político. Os cidadãos só aparecem nos discursos da social-democracia, na prática eles não existem. (Carvalho e Netto, 2011, p. 47)

Esta forma passiva de cidadão é materializada no cotidiano do assistente social por meio de decisões centralizadas nas equipes, planejamentos em gabinetes etc. construídas pelos supostos detentores do saber, constituindo uma forma de gerir as políticas sociais que negam os valores emancipatórios eleitos pela categoria profissional e que não podem ser traduzidos como mera limitação institucional. Enquanto a organização social capitalista invade e ocupa todos os espaços da vida social,

ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo onde ele pode exercitar minimamente sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações e o prosaísmo da divisão social do trabalho [...]. (Netto, 2007, p. 86)

Quanto melhor se reconstituir o drama humano em tela em sua totalidade, a partir da exploração do trabalho, melhor se percebe os meios e limites institucionais para enfrentá-lo, buscando, por meio da articulação da rede de serviços, formas de integrar intervenções fragmentadas, articuladas a ações de cunho político que pressionem o Estado a alargar sua cobertura. Isto porque a capacidade de atendimento é sempre menor que a demanda. Aí, em termos técnicos, vem a tarefa de buscar critérios que permitam priorizar o atendimento das questões mais prementes (já que não serão todos que terão acesso ao serviço ou benefício de forma imediata), e se munir de dados estatísticos acerca de demandas, buscar legislações que legitimem a solicitação de ampliação de recursos e, assim, contribuir para puxar o cabo de forças do orçamento público para o lado dos interesses da classe trabalhadora, o que no contexto de crise estrutural torna-se uma urgente necessidade. Ao assisten-

te social é demandado que se coloque para além de burocrata e assuma a esfera política de seu exercício profissional, posicionando os direitos no campo da luta de classe, sendo os mecanismos de gestão de políticas sociais usados para tanto.

Mas reflitamos: ainda que as pressões populares sobre o Estado garantissem recursos e seus burocratas otimizassem sua utilização para a satisfação das necessidades sócio-humanas dos usuários, nos perguntamos se esse é o objetivo do trabalho do assistente social, atuando no cotidiano dos grupos sociais oprimidos introduzindo, mesmo sob a roupagem de uma ação revolucionária, o progresso e o conforto como fins em si próprios. Nos parece que a emancipação política enquanto último horizonte vislumbrado pela profissão representa um rebaixamento das possibilidades históricas.

Temos certeza de que desejamos revolucionar radicalmente esta sociedade, mas nos indagamos no que consiste isso. Embora a socialização de riqueza via políticas sociais seja fundamental para sanar necessidades imediatas do trabalhador, argumentamos que o trabalho do assistente social deve vislumbrar um objetivo imediato e um mediato, de maior abrangência. A história demonstra que a criação de um Estado forte não é a solução para a classe trabalhadora, mas o processo de luta pela satisfação de necessidades no âmbito da emancipação política pode redundar na liberdade que se conquista pelas próprias mãos da classe trabalhadora — a verdadeira emancipação humana por meio da revolução social.

É sabido que os assistentes sociais pactuaram por projeto ético-político que contrasta com a base econômica, e argumentamos que mesmo imediatamente inexistível, é fundamental para pautar o exercício profissional crítico. Então, diferentemente daqueles que concebem esse profissional enquanto um burocrata, reafirmamos a vitalidade que tais princípios dão ao exercício profissional cotidiano recobrando sua esfera política.

Quanto mais a barbárie social avança, mais difícil fica de ocultar a verdadeira natureza do real, e mais transparece na aparência a essência das contradições fundamentais da sociedade capitalista. Ocorre, porém, que a heterogeneidade própria da cotidianidade faz com que o indivíduo apreenda as contradições existentes no cotidiano, muitas vezes sofrendo com os reflexos dessas contradições, mas não apreenda a totalidade das relações, o que não permite acesso à consciência humano-genérica. Torna-se necessário um comportamento no qual se direcione toda a força numa objetivação duradoura por meio da qual se homogeneize todas as faculdades do indivíduo e as direcione a um projeto que transcenda a sua singularidade, numa objetivação por intermédio da qual ele se reconheça enquanto portador da consciência humano-genérica. É isso o que deve subsidiar a reflexão

do profissional que pensa sobre sua atuação diante de determinado público, como forma de construir a cultura revolucionária, pré-requisito para que a revolução socialista aconteça.

Diante desse impasse histórico que nos coloca em um período de transição para o fim do capitalismo (seja pela sua superação na construção do socialismo ou na extinção da humanidade), precisamos refletir sobre como materializar direitos e cidadania com ações que os remeta à luta de classes, fundamental para a construção de uma ordem social não antagônica. Segundo Barroco (2003), há atividades que permitem a ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade: “o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética. Isto só é possível porque a alienação não é absoluta, mas coexiste com formas de vida não alienadas” (Barroco, 2003, p. 41). Aponta estas atividades como propiciadoras do humano-genérico porque são as que

explicitam características como criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. (Idem, p. 42)

Assim, por mais que os atendimentos no âmbito do Estado burguês sejam individualizados (e há questões particulares que não têm como ser tratadas em grupo, como violências, negligências, questões íntimas etc.), o profissional tem possibilidades mais transgressoras em ações profissionais coletivas, posto que abrem a possibilidade de se pensar na identidade coletiva e nas questões mediatas. Argumentamos que o profissional de Serviço Social pode oportunizar para os usuários diversos espaços em que podem vivenciar práxis que o transcenda do individualismo burguês ao gênero humano.

A força da prática social está no desenvolvimento do processo aberto, mobilizador de relações, reflexões e ação intergrupos. É a ação conjugada de um corpo social múltiplo e expressivo que introduz efeitos transformadores a nível do coletivo. (Carvalho e Netto, 2011, p. 57)

Desta maneira, além da satisfação de necessidades imediatas, o assistente social pode buscar engendrar práxis junto ao usuário, tendendo à apreensão do real de forma crítica, mediata e coletiva. O fenômeno da consciência, segundo Iasi (1999), deve ser apreendido como um movimento, não como algo dado. A consciência, não “é”, ela “se torna”, amadurece por fases distintas que se superam

através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. Como diz Marx (apud Iasi, 1999, p. 15): “A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente”.

A alienação do trabalho reflete fortemente na consciência humana, sendo que, segundo Iasi (1999), se expressa na primeira forma da consciência, a subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico: a compreensão distorcida da realidade que é repassada pela família num vínculo que envolve muita afetividade; ou um professor que se torna ídolo etc. Aí o assistente social, bem como toda equipe dos serviços sociais, por meio dos vínculos, reflexões e relações que estabelece, podem buscar meios de desalienação humana.

A ideologia, ao contrário, age sobre essa base alienada e se serve de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para que se estabeleça subjetivamente. A ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias, que pelos mais diferentes meios são enfiadas na cabeça dos indivíduos. Esta universalização da visão de mundo da classe dominante se explica fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes. Não são “simples ideias”. O mercado diz que é excluído dele quem não se capacita, e um vizinho, logo após concluir um curso técnico, encontra um emprego e reafirma ao outro desempregado que o problema é dele que não está qualificado.

A percepção generalizada da vivência particular não apenas se baliza em valores como deforma a realidade pela generalização de juízos presos à particularidade. Os valores são mediatizados por pessoas que lhe servem de veículo, são modelos. As ideias são relações de identidade entre seres humanos, assumindo valores dos outros como sendo os seus. Aqui, argumentamos que o assistente social também é um sujeito que porta valores e interfere nos usuários dos serviços e benefícios. Por isso, ao repensar a prática social e a vida cotidiana, torna-se importante, segundo Carvalho e Netto (2011), recolocar o significado e a abrangência do próprio termo prática social, que tem múltiplas abrangências e possibilidades. O movimento presente dessa prática é expressão do “vir a ser” desta e dos sujeitos que nela interagem. É por isso que o “dever-ser” da prática está em disputa.

[...] toda prática social é determinada por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades). Pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e próprias à realidade em que se situam. (Carvalho e Netto, 2011, p. 59)

Quando as consciências das pessoas envolvidas na prática social estão ainda pautadas no senso comum, numa desordenada e contraditória apreensão da realidade conjugada com um pensamento crítico, então o grupo está pautado no que Iasi (1999) chama de primeira forma de consciência. Ela apresenta-se como alienação não porque desvincula-se da realidade, mas pelo fato de naturalizá-la, por desvinculá-la da história.

Uma vez interiorizada, uma visão de mundo não se transforma numa inevitabilidade, pois corre em seus calcanhares a contínua transformação da estrutura produtiva e das relações que lhe originaram e que lhes servem de base. Sobretudo num período de transição histórica como vivenciamos, os valores em voga na sociedade se esvaem no ar com o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente no atual contexto de seu esgotamento, que leva a uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se movimenta a realidade. O indivíduo vive as relações julgando-as e buscando compreendê-las com o mesmo arcabouço de valores que já não correspondem a sua realidade, provocando uma contradição que é vivida pelo indivíduo como um conflito interno e subjetivo.

Esse é o germe de uma crise ideológica que precisa ser mais bem trabalhado pelo assistente social. Quando a garantia de direitos se refere a desdobramentos objetivos da alienação do trabalho que requerem respostas materiais por meio do acesso a riqueza material socialmente construída (transferência de renda, habitação etc.), cabe reflexões e experiências que abram o questionamento da contradição entre a riqueza produzida e a pobreza das existências individuais e das respostas estatais às suas necessidades; quando se refere a questões nas quais a subjetividade do usuário desempenha papel ativo, como nos casos de violência, insanidade mental etc., então estaremos tocando nas questões do estranhamento humano para o qual deve ser questionado o contraste entre as relações que vêm sendo construídas e seus efeitos devastadores para os humanos em questão.

Não há como produzir esse processo apenas por meio de atendimentos individuais. É no grupo que é possível que um ser humano se identifique no outro, reconheça a sua história na do outro com um olhar mais crítico e questione a

forma como vem apreendendo o real e a ele respondendo, o que abre a possibilidade de dar respostas de outros tipos, escolher outras alternativas pautadas em valores diferentes, o que é essencial para a construção da cultura revolucionária capaz de destruir a ordem do capital, saindo dos homens individuais atomizados, passando pela identidade de grupo, classe trabalhadora em si e, por fim, para si (a autêntica consciência revolucionária, cuja construção não atribuímos a uma categoria profissional).

Salientamos que esses caminhos hão de ser os norteadores do cotidiano do exercício profissional, no qual pode ocorrer uma possível insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas que fermentam sua transformação. Nossa prática social, como assistentes sociais, se faz com e na vida de todos os dias dos grupos sociais oprimidos, os quais o Estado moderno burca gerir, seja direta ou indiretamente, e cuja gestão, inevitavelmente, se dá pelas mãos de seus trabalhadores (incluindo o assistente social) que possui relativa autonomia profissional.

[...] é necessário que tenhamos uma direção e uma concepção clara de nossa prática profissional. Ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação [...]. (Carvalho e Netto, 2011, p. 61)

Para oportunizar experiências e reflexões que favoreçam o processo de desalienação no interior das políticas sociais, conforme Carvalho e Netto (2011, p. 58), faz-se necessário redesenhar a forma como os serviços e benefícios vêm sendo geridos e executados.

Os equipamentos e serviços sociais propostos e geridos pela comunidade usuária, como alternativa possível, exigem uma nova flexibilidade das políticas sociais. Somente assim, parece, a prática social pode se permitir voos mais criativos e expressivos.

Desta forma, o exercício terminal de políticas sociais visando à emancipação humana requer perceber nas políticas sociais a correlação de forças em disputa no campo da luta de classe e desenhar sua execução por meio de modelos mais flexíveis e participativos, possibilitando vivências e reflexões que humanizem o mundo dos indivíduos sociais, que os permita perceber o movimento contraditório da sociedade abrindo a possibilidade de autocrítica, pois a compreensão da falência desta ordem é o que permite vislumbrarmos a construção de outra pautada em práticas emancipatórias para sua construção.

Considerações finais

Neste artigo buscamos demonstrar que é a luta de classes que porta a possibilidade transgressora no interior das políticas sociais. Se por um lado esta serve ao capital para produzir a complexa coesão social, por outro lado abre possibilidades de humanização da vida do trabalhador, ínfima ante a sua necessidade e irrisória em relação às possibilidades históricas, mas que satisfaz necessidades humanas sem as quais a vida sucumbiria. E o faz de forma tão precária que deixa grosseiras pistas da real natureza das relações dessa sociedade, e é aí que surge a contradição que, em si, traz a potencialidade transgressora que aponta para a necessidade da classe trabalhadora para emancipar-se do capital porque é a manifestação da verdadeira face dessa sociedade no cotidiano do trabalhador que atendemos. Aí o sofrimento individual e o movimento macrosocial estão em estreita relação, e a conexão entre indivíduo e gênero humano torna-se menos obscura.

Eis uma contradição que, em sua limitação, porta possibilidades e que se enriquece quando pensamos em todo o contexto em que se desenvolve o trabalho do assistente social brasileiro: no interior da crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), que torna voláteis as verdades que mantêm o cotidiano opressor; esta crise estrutural que é vivida de forma peculiar no continente latino-americano, que sofre relação de profunda exploração imperialista — cuja principal economia (estadunidense) se encontra fragilizada, em flagrante crise; inscritas num árduo terreno de luta de classes, num país capitalista dependente (Valência, 2009; Marini, 2005) como o Brasil, cuja burguesia nacional vende o país por qualquer mixaria, contanto que lhes renda um negócio lucrativo para manter seus luxos até o próximo negócio espúrio e deixa toda conta a pagar aos “de baixo” (Fernandes, 2005). Neste país em que nunca se levou a sério construir para seu povo sequer a liberdade, igualdade e fraternidade, as contradições do capital são cada vez mais flagrantes, a pauperização que promove é cada vez mais profunda, e a capacidade do Estado de estruturar as políticas sociais para enfrentar essa pobreza é cada vez menor. Após relativa melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, estamos sofrendo perdas que tornam cada vez mais insustentável a vida dos trabalhadores.

Todas essas contradições imprimem um contexto histórico favorável à radicalização das necessidades; de tão agudas, deixam pistas cada vez mais explícitas de que o trabalho explorado, externo ao homem, o trabalho assalariado não é capaz de satisfazer as necessidades humanas. Quanto mais superamos o exercício profissional pautado na concepção do cidadão, enquanto mero receptor das ações que o Estado promove, mais nítidas se tornam tais conexões.

É a partir dessas contradições estruturais que o Serviço Social brasileiro pode desenvolver seu exercício profissional vinculado ao compromisso com a emancipação humana, o que requer novas formas de exercício profissional, em coautoria, oportunizando práxis desalienantes.

Acreditamos que é dessa forma que a práxis social cotidiana do assistente social pode tomar direção mais profunda e global, propiciando aos sujeitos atendidos pelas políticas sociais experiências que permitam humanizar sua vida, o que se inicia pelo seu reconhecimento enquanto humano — o homem e suas relações sociais, fruto de um processo histórico-econômico, possuidor de conhecimentos, desejos, projetos pessoais, escolhas, valores éticos, compreensão de mundo por meio dos quais dá resposta — e oportunize experiências (políticas, artísticas, éticas etc.) que possibilitem a apreensão do real para além do singular e a percepção da luta de classes. Essa forma de exercer a profissão não requer qualquer mudança de legislação, posto que o Estado brasileiro já reconhece em suas normativas a participação popular e o controle social nas políticas sociais. Existem dados orçamentários disponíveis, inclusive *on-line*, que permitem a discussão da realidade dos serviços. Experimentar os serviços sociais enquanto coautor e não receptor; abrir espaço para a apreensão das questões para além do plano individual, oportunizar experiências que propiciem a autocrítica, envolver a população no planejamento e acompanhamento da execução dos serviços, entre outros, é o que podemos denominar mais precisamente de práxis social potencialmente emancipatória no interior das políticas sociais burguesas. Esta práxis pressupõe um processo de reflexão/ação e, sobretudo, atividade humana que ultrapasse a consciência comum, da prática utilitária, espontaneísta para buscar compreender e construir o mediato.

Recebido em 12/8/2013 ■ Aprovado em 2/12/2013

Referências bibliográficas

BARROCO, M. L. S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, M. C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: _____; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IASI, M. L. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. Disponível em: <<http://eventohistedbr.com.br/editora/>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

LÖWY, M. *Um Marx insólito*. In: MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo; Boitempo, 2006.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Ontologia do ser social: o trabalho*. Tradução de Ivo Tonet, 2011. (Mimeo.)

MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. A questão judaica. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, K. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2007.

VALÊNCIA, A. S. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: Edufo, 2009.